



Câmara Municipal de Ouro Branco

PARECER JURÍDICO COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI n.º 167/25

Foi protocolado no dia 30 de outubro de 2025, na Câmara Municipal de Ouro Branco, o Projeto de Lei n.º 167/2025, de autoria do vereador Nelison José Alves, com a ementa: *"TORNA OBRIGATÓRIA A INSTALAÇÃO DE CAMÊRAS DE MONITORAMENTO NO INTERIOR DOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL DE OURO BRANCO/MG, NOS TERMOS DESTA LEI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"*.

Foi expedido parecer jurídico pela constitucionalidade da proposição, asseverando-se na peça opinativa que:

[...] o Tribunal paranaense ressaltou que não há necessidade de apresentação de estudo de impacto orçamentário, porquanto o dever de proteção já decorre diretamente da Constituição Federal e das normas estaduais correlatas, devendo eventuais despesas ser absorvidas pelos orçamentos ordinários das secretarias municipais competentes, sem caracterizar despesa obrigatória nova.

Como se pode verificar, o parecer destacou ser desnecessária a apresentação de estudo de impacto orçamentária **quando a despesa criada puder ser absorvida pelo orçamento ordinário municipal.**

Ocorre que a proposição não indicou as dotações orçamentárias que farão frente a essa despesa, o que atrairia o precedente do STF na ADI 6102, de Relatoria da Ministra Rosa Weber, segundo o qual a ausência de dotação orçamentária prévia impede a aplicação da legislação que implique aumento de despesa no respectivo exercício financeiro. Nesse sentido:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO FINANCEIRO. LEI Nº 1.237, DE 22 DE JANEIRO DE 2018, DO ESTADO DE RORAIMA. PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DA ÁREA ADMINISTRATIVA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA - UERR. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTIGOS 169, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E 113 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES



Câmara Municipal de Ouro Branco

CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS - ADCT. A AUSÊNCIA DE PRÉVIA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NÃO IMPLICA INCONSTITUCIONALIDADE. IMPEDIMENTO DE APLICAÇÃO DA LEI CONCESSIVA DE VANTAGEM OU AUMENTO DE REMUNERAÇÃO A SERVIDORES PÚBLICOS NO RESPECTIVO EXERCÍCIO FINANCEIRO. NÃO CONHECIMENTO DA AÇÃO DIRETA QUANTO À SUPOSTA VIOLAÇÃO DO ARTIGO 169, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. O ARTIGO 113 DO ADCT DIRIGE-SE A TODOS OS ENTES FEDERATIVOS. AUSÊNCIA DE ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DA LEI IMPUGNADA. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. CONHECIMENTO PARCIAL DA AÇÃO E, NA PARTE CONHECIDA, JULGADO PROCEDENTE O PEDIDO. MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO. 1. **A jurisprudência desta Casa firmou-se no sentido de que a ausência de dotação orçamentária prévia apenas impede a aplicação da legislação que implique aumento de despesa no respectivo exercício financeiro, sem que disso decorra a declaração de sua inconstitucionalidade. Precedentes. Ação direta não conhecida quanto à suposta violação do artigo 169, § 1º, da Constituição Federal.** 2. O artigo 113 do ADCT tem caráter nacional e irradia obrigações a todos os entes federativos. Precedentes. 3. A Lei nº 1.237/2018 do Estado de Roraima cria e altera despesas obrigatórias de forma a gerar impacto orçamentário. A ausência de prévia instrução da proposta legislativa com a estimativa do impacto financeiro e orçamentário, nos termos do art. 113 do ADCT, aplicável a todos os entes federativos, implica inconstitucionalidade formal. 4. O ato normativo, não obstante viciado na sua origem, acarretou o pagamento a servidores. O caráter alimentício das verbas auferidas demonstra a inviabilidade de ressarcimento dos valores. Modulação dos efeitos da decisão para proteger a confiança legítima que resultou na aplicação da lei e preservar a boa-fé objetiva. 5. Conhecimento parcial da ação direta e, na parte conhecida, julgado procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade formal da Lei nº 1.237, de 22 de janeiro de 2018, do Estado de Roraima, com efeitos ex nunc a contar da data da publicação da ata do julgamento. (ADI 6102, Relator(a): ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 21-12-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-025 DIVULG 09-02-2021 PUBLIC 10-02-2021)

Assim, visando evitar eventual arguição de que a proposição não poderá ser executada nesse (ou no próximo exercício, haja vista a fase avançada de discussão da LOA 2026), recomendamos que conste em seu texto a indicação das dotações orçamentárias que farão frente à despesa criada.

Ressalte-se, por fim, que consta nos autos documento encaminhado pelo Poder



Câmara Municipal de Ouro Branco

Executivo indicando as dotações pertinentes. O que, a princípio, afasta o risco de inexecução do projeto, cabendo ao proponente da Lei definir pela inclusão ou não das dotações no próprio texto do PL.

CONCLUSÃO

Em face do exposto, nos aspectos que compete a este setor jurídico, **reiteramos a possibilidade da tramitação do Projeto de Lei n.º 167/2025**, de autoria do vereador Nelison José Alves, com a ementa: *"TORNA OBRIGATÓRIA A INSTALAÇÃO DE CAMÊRAS DE MONITORAMENTO NO INTERIOR DOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL DE OURO BRANCO/MG, NOS TERMOS DESTA LEI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"*, **asseverando, todavia, que a não indicação das dotações orçamentárias que farão frente a despesa podem motivar a inexecução do projeto pelo Poder Executivo no respectivo exercício financeiro.**

Ouro Branco, 27 de novembro de 2025.



Alex da Silva Alvarenga
Procurador-Geral do Legislativo